

Trajetória de lutas e resistências das mulheres viúvas Guarani e Kaiowá em *tekoha* reocupada em litígio

**Kunã kuera Guarani ha Kaiowa gui ojejuka omano imena ñorãirõ
yvy tekoha rehehape ha upei kunã kuera imbarete ha'enõntema oiko
oñorãirõ yvy tekohare**

Tonico Benites¹

Este artigo pretende relatar as situações das mulheres viúvas Guarani e Kaiowá e as famílias vítimas de violências que lutam e vivem em terras indígenas *tekoha* reocupadas em processo de litígio, e que perderam seus maridos em processos de luta pela demarcação destas terras reocupadas. Com a finalidade de desenvolver este trabalho, foram realizadas atividades de mapeamento, entrevista e visitação *in loco* às terras indígenas reocupadas e em processo de litígio, locais em que ocorreram os ataques ao povo Guarani e Kaiowá, bem como massacres, torturas e assassinatos de lideranças, promovidos pelos jagunços contratados por fazendeiros. Objetiva-se registrar e socializar as histórias, lutas e condições das viúvas Guarani e Kaiowá.

Inicialmente, destaca-se a história de ocupação tradicional exclusiva do *tekoha guasu* (território amplo) e, sobretudo, os significados vitais do *tekoha guasu* na visão do povo Guarani e Kaiowá. Por essa razão fundamental, as famílias extensas do povo Guarani e Kaiowá lutaram, lutam, resistem e já morreram pela defesa do *tekoha guasu*. Esses territórios tradicionais (*tekoha guasu*) estão localizados nas margens das bacias dos rios situados no Cone Sul do Estado do Mato Grosso do Sul, o que ficará claro a seguir.

Como é já sabido, no início de 1930, intensificou-se o processo de colonização oficial do sul do atual Estado do Mato Grosso do Sul, e inúmeras famílias extensas Guarani e Kaiowá foram expropriadas, expulsas e removidas à força de seus territórios tradicionais (*tekoha guasu*), sendo, na maioria dos casos, atacadas, transferidas e confinadas nas Reservas Indígenas e/ou Postos Indígenas do então órgão indigenista Serviço de Proteção dos Índios (SPI) e da atual Fundação nacional do Índio (FUNAI). Diante desse quadro, iniciativas de articulação, luta e resistência de vários casais de lideranças das famílias extensas Guarani e Kaiowá para retornar aos antigos

¹ Líder Guarani Kaiowa, Antropólogo, Pesquisador e Professor Visitante da Universidade Federal de Roraima do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF/UFRR.





territórios começaram a despontar no final da década de 1970, e perduram até os dias de hoje.

As grandes assembleias (*Aty Guasu*) e os rituais religiosos (*jeroky guasu*) foram e são fundamentais para os casais de líderes políticos e religiosos se envolverem nos processos de reocupação e recuperação dos territórios tradicionais específicos (*tekoha guasu*). A atuação, ação e valorização dos saberes Guarani e Kaiowá, rituais religiosos e a intermediação dos líderes religiosos nos processos de reocupação e recuperação de parte dos territórios tradicionais foram e são muito importantes para este povo. Nesse sentido, é importante explicitar que as manifestações rituais e religiosas observadas em situações de reocupação de territórios tradicionais expressam uma ação e concepção indígena bem específica e inteiramente desconhecida dos não indígenas, gerando diferentes reações e posições entre as diversas autoridades envolvidas em conflitos fundiários, tais como fazendeiros e instituições do Estado brasileiro e Justiça.

Em relação ao significado vital do *tekoha guasu*, território para o povo Guarani e Kaiowá, é preciso observar em detalhe o modo específico de relacionamento desses indígenas com os seres humanos invisíveis/guardiões *yvy jara* (protetores/deuses) da terra, manifestados através de cantos e rituais diversos dos líderes espirituais. O respeito a esses seres humanos invisíveis guardiões *yvy jara* e a forma de diálogo com eles marca uma diferença muito importante em relação à percepção e ao uso dos recursos naturais da terra. Este é um aspecto fundamental e determinante do relacionamento do povo Guarani e Kaiowá com os territórios antigos tradicionais. Ao lutar pela recuperação dos territórios tradicionais, já nas terras reocupadas/retomadas, os Guarani e Kaiowá demonstram e acionam claramente a sua especificidade e condição de pertencimento étnico aos territórios de origem, conforme a sua religião.

Importa observar que o povo Guarani e Kaiowá tem ligação e conexão direta com os *tekoha*, os territórios específicos, considerando a si e aos territórios como uma só família, dado que o território específico é visto por esses indígenas como humano/mãe terra. O povo Guarani e Kaiowá possui um forte sentimento religioso de pertencimento ao território específico, fundamentado em termos cosmológicos, sob a compreensão religiosa de que as famílias Guarani e Kaiowá foram destinadas, em sua origem como humanidade, a viver, a pertencer, a usufruir e a cuidar deste território específico, de modo recíproco e mútuo. Portanto, o povo Guarani e Kaiowá pode até morrer para salvar a mãe terra. Há um compromisso irrenunciável entre o povo Guarani e Kaiowá e o guardião/protetor da mãe terra, há um pacto de diálogo e apoio recíproco e mútuo: as famílias extensas Guarani e Kaiowá protegem e gerenciam os recursos da mãe terra, e, por sua vez, o guardião da terra vigia e nutre o povo Guarani e Kaiowá.

A compreensão dos *tekoha guasu*, espaços territoriais, pelos Guarani e Kaiowá tem uma concepção cosmológica específica, *sui generis*, e uma fundamentação cosmológica e histórica que se enraíza em tempos passados e segue na situação presente. Assim, o processo de luta antiga pela reocupação e recuperação dos territórios tradicionais é uma ação exclusivamente do povo Guarani e Kaiowá interconectada aos seres do cosmo Guarani e Kaiowá, ou seja, trata-se de uma concepção etnicamente diferenciada, eles sentem profundamente a importância de lutar, resistir

e retornar ao *tekoha guasu*, território específico. Dessa forma, a luta de recuperação das antigas terras reocupadas pelo povo Guarani Kaiowá é realizada por meio de luta resistente e retorno ao território, caracterizado como um movimento pacífico e religioso exclusivo. Isto é, trata-se de uma articulação de diversos familiares, comunitária e intercomunitária, de casais de lideranças religiosas Guarani e Kaiowá.

Nesse contexto, destaca-se o papel da *Aty Guasu*, uma assembleia geral do povo realizada entre as lideranças políticas e religiosas dos Guarani e Kaiowá a partir do final dos anos 1970. Por fim, o que se deve ressaltar neste item é a importância da continuidade histórica da luta religiosa e resistência dos casais de lideranças Guarani e Kaiowá pela recuperação dos *tekoha Guasu* que perdura até os dias atuais frente à violência sofrida, como relatado na sequência.

Reocupação dos *tekoha* e violência promovida contra as famílias extensas Guarani e Kaiowá

É importante destacar que no sul de Mato Grosso do Sul, desde o início de 1980, ao longo de anos 1990, 2000 e até os dias de hoje, centenas de famílias extensas Guarani e Kaiowá, coordenadas pelos casais de lideranças religiosas (*ñanderu e ñandesy*), passaram a reocupar/recuperar uma parte das *tekohas*, terras tradicionais indígenas reivindicadas, já ocupadas pelos grandes fazendeiros e empresários do agronegócio. Por causa disso, vêm ocorrendo com frequência diversos ataques genocidas, massacres, ameaças de morte, diversos tipos de violências contra estas famílias e, sobretudo, com a utilização de torturas e assassinato de lideranças masculinas – fatos que têm aumentado nos últimos 30 anos. Recentemente, em duas terras reocupadas (*tekohas Ypo 'i*, em 2009, e *Guaiviry*, em 2011) ocorreram homicídios, promovidos pelos fazendeiros, com a ocultação de cadáver de três lideranças (Rolindo, Genivaldo e Nizio). Como consequência destes atos de violência, dezenas de lideranças indígenas masculinas foram assassinadas, deixando filhos(as) e mulheres viúvas nas terras (*tekohas*) reocupadas em conflito. A partir da morte dos companheiros (maridos), estas viúvas indígenas, juntamente com seus filhos, grande parte ainda crianças, passaram a sofrer mais violências, ou seja, violações a seus direitos, inclusive com ameaças de morte, sem, contudo, receberem a devida atenção por parte das autoridades e da justiça brasileira.

Algumas mulheres viúvas assumem a função de liderança e demandam seus direitos, mas encontram diversos obstáculos para conseguirem apoio, incluindo o acesso aos benefícios a que têm direitos. Um exemplo é que as viúvas indígenas não conseguem nem mesmo registrar os seus filhos com Certidão de Nascimento Civil no Cartório de Registro Civil. Por falta desse documento pessoal, tanto as mulheres viúvas quanto as crianças não têm acesso à educação, à saúde e aos demais benefícios. Um dos casos é a da situação da viúva do líder Rolindo Vera, que, até o momento, não conseguiu sequer a Certidão de Óbito do seu marido que foi assassinado e teve o cadáver ocultado (em 2009) pelos fazendeiros. Por esse fato, a viúva, juntamente com as suas crianças, sofre as mais diversas violações. No entanto, ela luta e aguarda a Certidão de Óbito já há 10 (dez) anos, documento necessário para requerer seus direitos de ordem civil (como, por





exemplo, reparação de danos) e previdenciária (pensão por morte). Importa destacar que, diante dessa situação em curso de vulnerabilidade, violação de direitos e injustiça sofrida, a maioria das mulheres viúvas resistentes, de forma invisível e isolada, começou a relatar suas “misérias”, pedir apoio e demandar pelos seus direitos, mas as autoridades brasileiras e a sociedade ainda desconhecem ou pouco conhecem sobre essas histórias e as condições de miserabilidade e vulnerabilidade que estas mulheres viúvas indígenas enfrentam. A maioria das viúvas permanece lutando para sobreviver nas terras ainda em litígio (conflito), onde perderam seus maridos em decorrência de ataques genocidas, torturas e assassinatos promovidos pelos fazendeiros. Recentemente, a partir de 2010, uma parte das mulheres viúvas tem participado da frente da organização política da *Kunhangue Aty Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá), em que relataram as suas histórias e a difícil situação a que estão submetidas, juntamente com seus filhos, após perderem seus companheiros durante a difícil luta pela demarcação das suas terras tradicionais (*tekoha*).

A seguir, apresenta-se as comunidades Guarani e Kaiowá e as lideranças indígenas atacadas, expulsas, massacradas e assassinadas pelos pistoleiros e seguranças particulares das fazendas, a mando dos fazendeiros, e a situação em que o povo Guarani e Kaiowá sobrevive, resiste e luta pela demarcação das terras indígenas.

Em meados de 1990, a comunidade Guarani e Kaiowá reivindica a demarcação de terra indígena *tekoha Apyka'i*, no município de Dourados-MS. No final de 1990, dezenas de homens armados atacaram a comunidade indígena do *tekoha Apyka'i*, queimaram todas as casas e destruíram as plantações e animais domésticos dos indígenas. Os homens fortemente armados despejaram e largaram a comunidade indígena à margem da rodovia. Alguns dias depois, da margem da rodovia, a comunidade despejada retornou ao *tekoha Apyka'i*, quando começou a sofrer cerco de pistoleiros contratados. Na época, a liderança religiosa e idosa da comunidade Guarani Kaiowá foi atropelado e dilacerado pelo veículo. O cadáver dessa liderança foi sepultado no *tekoha Apyka'i*.

Damiana, a viúva deste líder atropelado e morto, assumiu a liderança da comunidade do *tekoha Apyka'i*. Em 2009, um dos fazendeiros conseguiu uma ordem de despejo judicial dos indígenas do *tekoha Apyka'i*. A ordem judicial foi executada pela força policial em 2009. A comunidade Guarani e Kaiowá novamente foi largada à margem da rodovia onde não tem água para beber, nem há espaço de terra para plantar ou criar animais domésticos. Sobretudo, as famílias são monitoradas pela equipe de segurança particular das fazendas até os dias de hoje.

No final de 2010, a comunidade Guarani e Kaiowá, pela segunda vez, retornou ao *tekoha Apyka'i*, mas foi atacada e retirada pela equipe de segurança particular das fazendas. Naquele momento, uma liderança viúva foi torturada e um dos filhos foi machucado e assassinado. Pela terceira vez, a comunidade foi atacada, torturada e expulsa de sua terra tradicional *Apyka'i*. Os grupos armados despejaram a comunidade à margem da rodovia. Em 2011, um dos filhos da viúva Damiana foi atropelado e dilacerado pelo carro da fazenda.

Em 2013, a comunidade indígena, mais uma vez, retornou ao *tekoha Apyka'i*, onde podem

contar com a água da mina d'água, e construiu suas barracas, ficando distante da margem da rodovia. Em julho de 2016, dezenas de pessoas da equipe das forças policiais federais atacaram e expulsaram a comunidade indígena do *tekoha Apyka'i*, queimando todas as casas e destruindo as plantações e animais domésticos das famílias. Os policiais fortemente armados despejaram e largaram a comunidade indígena à margem da rodovia novamente, onde os Guarani e Kaiowá resistem e lutam pela demarcação da terra *tekoha Apyka'i*, liderados pela viúva que permanece demandando a demarcação da terra indígena até os dias de hoje.

Em 2000, na terra indígena *tekoha* reocupada *Potrero Guasu-Paranhos*, mais de 50 pistoleiros fortemente armados atacaram e massacraram as crianças, mulheres e idosos indígenas Guarani e Kaiowá. Os pistoleiros fraturaram as pernas e os braços das crianças e mulheres idosas, queimaram todas as habitações e expulsaram todos os indígenas.

Em 2001, a terra indígena *tekoha Ka'a Jary-Amambai-MS* foi reocupada pela comunidade Guarani e Kaiowá, quando crianças, idosos e mulheres foram atacados, torturados e despejados violentamente pelos homens fortemente armados. Os pistoleiros atacaram e fraturaram as pernas e os braços de crianças e mulheres idosas. O líder Samuel Martim foi assassinado pelos homens armados dos fazendeiros.

Em 2003, na terra indígena *Takuara-Juti-MS*, os fazendeiros assassinaram a liderança Marco Veron. Ao mesmo tempo, as crianças, idosos e mulheres Guarani e Kaiowá foram atacados, queimados, torturados e despejados violentamente pelos mais de 50 homens fortemente armados, mas os assassinos e mandantes não foram condenados como assassinos pela justiça federal.

Em 2005, integrantes da comunidade de terra indígena *tekoha Sombrerito-Sete Queda-MS* foram atacados, queimados, torturados e despejados violentamente pelos mais de 40 pistoleiros homens fortemente armados. No momento, a liderança Dorival Benites foi assassinada brutalmente pelos fazendeiros.

No dia 24 de dezembro de 2005, no *tekoha Nãnderu Marangatu* foi assassinado o indígena Dorvalino Rocha pela segurança particular das fazendas, no município de Antonio João-MS. Dorvalino deixou quatro crianças. Nessa mesma terra indígena *tekoha Nãnderu Marangatu-Antonio João* foi assassinado Semião Vilharva, no dia 29 de agosto de 2015.

Em 2007, na terra indígena *tekoha Kurusu Amba*, os pistoleiros das fazendas atacaram, dominaram e torturaram crianças, mulheres e idosos, e mataram a idosa de 70 anos Nãndesy Xurite Lopes.

Em 2008, um grupo de pistoleiros armados atacou e massacrrou a comunidade de *tekoha Itay-Douradina*.

Em 2009, na terra indígena *tekoha Ypo'i-Paranhos-MS*, os fazendeiros e mais de 50 pistoleiros atacaram e torturaram centenas de indígenas Guarani e Kaiowá, assassinaram dois líderes indígenas e ocultaram os cadáveres de Rolindo Vera e Genivaldo Vera. O cadáver de Rolindo é ocultado pelos fazendeiros até hoje.

Em 2011, as crianças, mulheres e idosos do *tekoha Pyelito kue-Mbarakay -Iguatemi-MS*





foram atacados, massacrados e expulsos pelos pistoleiros das fazendas.

No dia 18 de novembro de 2011, na terra indígena *Guaiviry-Aral Moreira*, entre Amambai e Ponta Porã-MS, crianças, mulheres, homens e idosos indígenas foram atacados e torturados pelos pistoleiros das fazendas. Naquele momento, o líder Nisio Gomes foi assassinado brutalmente e seu cadáver ocultado pelo grupo de homens armados. O cadáver do cacique Nisio está ocultado pelos fazendeiros até hoje.

Diante desses fatos relatados, de massacre e assassinato de líderes Guarani e Kaiowá, dentre outras violações de direitos, os líderes indígenas e Conselho de *Aty Guasu* Guarani e Kaiowá injustiçados, ameaçados e ofendidos se encontram em movimento e em mobilização permanente em níveis nacional e internacional, demandando a justiça de verdade, pedindo julgamento e punição aos fazendeiros e pistoleiros assassinos. Enfim, com profunda indignação, ao longo de duas décadas, foram repudiadas a posição e decisão nocivas dos fazendeiros e da justiça federal contra os povos indígenas.

Em conclusão, importa destacar que, ao longo de duas décadas, centenas de comunidades Guarani e Kaiowá e seus líderes foram vítimas de ataques, torturas e sequestros seguidos de morte. Os autores e mandantes desses crimes bárbaros, todavia, não foram e nem são investigados seriamente pela polícia e praticamente não foram julgados e punidos pela justiça brasileira, instalando assim uma situação de insegurança para as viúvas e suas famílias e aos povos indígenas em todas as terras em litígio no Sul de Mato Grosso do Sul. Diante da impunidade desses crimes, as viúvas lideranças femininas juntamente com todas as lideranças Guarani e Kaiowá lutam, resistem e tentam fazer denúncias, demandando justiça. Porém, as narrações e depoimentos das mulheres foram e são sempre silenciadas e ignoradas pelas instituições investigativas do governo, da justiça brasileira e também da mídia, não atendendo assim suas justas denúncias e reivindicações. Em decorrência disso, estas viúvas que estão lutando e se encontram vivendo nas terras em litígio, acampamentos ou em Reservas Indígenas continuam sofrendo violação de direitos, violências que podem ser caracterizadas como perversas, além de ações genocidas e etnocidas.



Kunha, viúva Guarani Kaiowa. Foto: Vanderleia Rocha